



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

São Paulo, 14 de outubro de 2019

À Secretaria de Assuntos Parlamentares
Casa Civil
Palácio dos Bandeirantes

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, em atenção à solicitação enviada por correio eletrônico, através do Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIALE, no qual é solicitado pronunciamento desta Pasta a respeito do **Requerimento de Informação nº 465/2019**, de autoria do Deputado Sebastião Santos, remetemos anexa manifestação da Assessoria Técnica com os esclarecimentos do requerimento em tela.

Sem mais renovamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário de Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Gabinete do Secretário
Assessoria Técnica

Resposta ao Requerimento de Informação nº465, de 2019, de autoria do Deputado Sebastião Santos, a respeito do grande número do peixe Tucunaré nos rios do estado de São Paulo, o que tem sido motivo de preocupação pelos especialistas e profissionais da área, quanto ao impacto da espécie no meio ambiente:

1. Atualmente há estudos ou previsão para que o mesmo seja elaborado, quanto ao impacto do Tucunaré nos rios do Estado de São Paulo?
2. Por se tratar de uma ameaça direta à ictiofauna, existe algum monitoramento da espécie para análise de seu impacto no meio ambiente?
3. Quais medidas têm sido tomadas pela Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente quanto ao peixe Tucunaré no Estado de São Paulo e em especial na região de Fernandópolis?

Segue, abaixo manifestação do Diretor Técnico de Departamento do Instituto de Pesca-APTA/SAA-SP:

1. Atualmente há estudos ou previsão para que o mesmo seja elaborado, quanto ao impacto do Tucunaré nos rios do Estado de São Paulo?

Os estudos quanto ao impacto do tucunaré no Estado de São Paulo estavam sendo realizados em Grupo de Trabalho sobre a Minuta que institui o “Programa Estadual para Controle de Espécies Exóticas Invasoras”, que reconhece a “Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras no Estado de São Paulo” coordenado pela antiga Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em conjunto com a Secretaria de Agricultura (Instituto de Pesca) e Secretaria da Saúde.

2. Por se tratar de uma ameaça direta à ictiofauna, existe algum monitoramento da espécie para análise de seu impacto no meio ambiente?

A literatura científica é repleta de informações sobre os impactos do tucunaré nas espécies nativas (vide resumo em anexo).

No entanto, há necessidade do monitoramento constante nos principais rios e reservatórios do estado de SP, e não somente para este grupo de espécies de tucunaré (C. kelberi e C. piquiti), mas também para a ictiofauna presente na pesca e da atividade pesqueira

continental no Estado de São Paulo. Para isso se faz necessário a inclusão de recursos orçamentários permanentes para a execução deste monitoramento e de outros estudos, sob coordenação do Instituto de Pesca – SAA, com vistas ao diagnóstico e ao retrato atual dos recursos pesqueiros continentais no Estado de São Paulo.

Com os resultados sempre atualizados será possível a elaboração e execução do Plano de Ordenamento Pesqueiro Continental, que visa organizar o setor pesqueiro profissional e amador de maneira compartilhada com os diversos órgãos e atores envolvidos.

3. Quais medidas têm sido tomadas pela Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente quanto ao peixe Tucunaré no Estado de São Paulo e em especial na região de Fernandópolis?

A região de Fernandópolis, está localizada próximo aos rios Grande, Tietê e Paraná, onde os tucunarés estão presentes e ocorrem com abundância. O monitoramento pesqueiro visa levantar a produção e ocorrência destas espécies nesses rios, resultando em informações não apenas para essa região, mas também para outras regiões do Estado.

A retomada das atividades do GT de Espécies Exóticas, coordenado pela Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente e em conjunto com a SAA e SAA, também ajudaria nos levantamentos e consolidação dos estudos dos impactos causados não só pelo tucunaré, mas de outras espécies não nativas.

Em anexo, algumas informações sobre a sustentabilidade da pesca do tucunaré, bem como uma lista de trabalhos publicados sobre as referidas espécies de tucunaré, presentes no Estado de São Paulo.

(*) Implicações da aprovação dos PLs 368/2018 e 614/2018 sobre as populações de espécies nativas e para a atividade pesqueira em águas paulistas:

Com base em uma série de trabalhos e Nota Técnica – SBI publicados pontuou-se à luz das informações disponíveis os principais fatores negativos da aprovação das PLs 368/2018 e 614/2018 que versa sobre a proteção e conservação com base na implantação de cotas de captura para as espécies *C. kelberi* e *C. piquiti* no estado de São Paulo.

1) Os tucunarés são espécies invasoras, com hábitos exclusivamente predatórios e alto potencial de provocar impactos negativos sobre a diversidade nativa e sobre o funcionamento dos ecossistemas aquáticos (Zaret, Paine, 1973; Carvalho et al., 2014; Pelicice et al., 2015; Sharpe et al., 2017).

responsável por parte dos pescadores, pode-se dispor de avaliações mais consistentes sobre as flutuações dos estoques pesqueiros e promover medidas de manejo mais eficazes. Tal projeto/programa estadual deverá contar com a participação conjunta do MAPA-SAP-SP, Polícia Ambiental, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de SP sob a coordenação do Instituto de Pesca.

Reforça-se que a participação do setor produtivo e recreacional paulista é fundamental para o sucesso dessa proposta.

Por fim, a despeito das evidências científicas sobre os impactos ambientais causados pela introdução de espécies de Cichla, no Brasil e no mundo conforme descritos em NOTA TÉCNICA da Sociedade Brasileira de Ictiologia (Zaret, Paine, 1973; Shafland, 1999; Latini, Petrere Jr., 2004; Fugi et al., 2008; Pinto-Coelho et al., 2008; Menezes et al., 2012; Sharpe et al., 2017), propõe-se em curto prazo (3 meses) fazer um resgate histórico sobre os impactos do tucunaré à fauna de peixes nativos nas bacias que banham o estado de SP e áreas adjacentes, desde a sua introdução até os dias atuais. Ao final desse levantamento serão apresentados os resultados em um workshop com ampla participação do setor produtivo e recreacional, especialistas sobre o tema, políticos e tomadores de decisão.



José Luiz Fontes

Dirigente da Assessoria Técnica